

Psicologia e Ensino Superior: Aspirações Pequeno- Burguesas e Contradições Cotidianas em Cotistas

Psychology and Higher Education: Petty-Bourgeois Aspirations and Daily Contradictions in Scholarship Students

Psicología y Enseñanza Superior: Aspiraciones Pequeñoburguesas y Contradicciones Cotidianas en Cotistas

Flávia de Mendonça Ribeiro(1); Raquel Souza Lobo Guzzo(2)

1 Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), São Paulo, Brasil.

E-mail: ribeiro.m.flavia@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2728-4758>

2 Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), São Paulo, Brasil.

E-mail: rslguzzo@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7029-2913>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 11, n. 1, p. 27-45, Janeiro-Junho, 2019 - ISSN 2175-5027

[Recebido: Outubro 22, 2018; Aceito: Janeiro 02, 2019]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3004>

Endereço correspondente / Correspondence address

Flávia de Mendonça Ribeiro

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campus I - Prédio da Reitoria - Rua Professor Dr.
Euryclides de Jesus Zerbini, nº 1.546 - Parque das
Universidades – Campinas, SP, Brasil

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora: Naiana Dapieve Patias

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar a importância do trabalho da Psicologia acompanhando estudantes cotistas frente às suas aspirações e contradições cotidianas no Ensino Superior. A partir de uma leitura crítica da conjuntura brasileira e do sistema educacional, apresentaremos como a criação de ações afirmativas para a inserção de negros e da classe trabalhadora no Ensino Superior foi de suma importância para a democratização do acesso à educação, além de indicar a existência de um importante campo para a ação da Psicologia em espaços universitários. O trabalho consistiu em identificar estudantes cotistas por meio de um questionário online e, para este artigo, escolheu-se respostas de um estudante que apresentou questões relacionadas a suas aspirações e sua experiência de vida construindo, assim, um estudo de caso. As respostas do participante foram categorizadas em contradições cotidianas e aspirações pequeno-burguesas, e nos permitiu concluir sobre a importância da Psicologia para apoio e suporte às políticas de ações afirmativas existentes integrando essas estudantes na comunidade universitária, além de auxiliá-las no enfrentamento ao sofrimento psíquico nas vivências universitárias cotidianas e processo de tomada de consciência.

Palavras-chave: Ensino Superior, Ações Afirmativas, Conscientização, adaptação psicológica

Abstract

This article aims to present the importance of the work of Psychology by accompanying students in the face of their daily aspirations and contradictions in Higher Education. From a critical understanding of the Brazilian conjuncture and the educational system, we will present how the creation of affirmative actions for the insertion of blacks and the working class in Higher Education was of paramount importance for the democratization of access to education, besides indicating the existence of an important field for the action of Psychology in university spaces. The study consisted in identifying quota students by means of an online questionnaire and for this article, answers were chosen from a student who presented questions related to their aspirations and their life experience, thus constructing a case study. Participant responses were categorized into daily contradictions and petty-bourgeois aspirations, and allowed us to conclude on the importance of Psychology to support the students and the policies of affirmative action's existing integrating these students in the university community, besides helping them to face the psychic suffering in everyday university experiences and the process of consciousness.

Keywords: Education Higher, Affirmative Action, Awareness, Adaptation, Psychological

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar la importancia del trabajo de la Psicología acompañando a estudiantes cotistas frente a sus aspiraciones y contradicciones cotidianas en la Enseñanza Superior. A partir de una lectura crítica de la coyuntura brasileña y del sistema educativo, presentaremos cómo la creación de acciones afirmativas para la inserción de negros y de la clase trabajadora en la Enseñanza Superior fue de suma importancia para la democratización del acceso a la educación, además de indicar la existencia de un importante campo para la acción de la Psicología en espacios universitarios. El trabajo consistió en identificar a estudiantes cotistas a través de un cuestionario online y para este artículo se eligieron respuestas de un estudiante que planteó cuestiones relacionadas con sus aspiraciones y su experiencia de vida construyendo así un estudio de caso. Las respuestas del participante fueron categorizadas en contradicciones cotidianas y aspiraciones pequeñoburguesas, y nos permitió concluir sobre la importancia de la Psicología para apoyar las políticas de acciones afirmativas existentes integrando a esos estudiantes en la comunidad universitaria, además de auxiliarlas en el enfrentamiento al sufrimiento psíquico en las vivencias universitarias cotidianas y proceso de concientización.

Palavras clave: Educación Superior, Acción Afirmativa, Concientización, Adaptación Psicológica

Introdução

Nos últimos anos, a crise econômica e política brasileira tem intensificado a precarização das condições de vida da população em um processo de desmonte das políticas públicas em todos os seus âmbitos. Essas ações acabam por não assegurar os direitos constitucionais já adquiridos, como assistência social, saúde e educação públicas e gratuitas, além dos direitos trabalhistas.

Atrelado a esse cenário de restrições, em dezembro de 2016, a emenda constitucional nº 95 foi sancionada pelo, então presidente, Michel Temer¹, aprovando congelamentos dos investimentos em Saúde, Educação e Assistência Social para os próximos 20 anos (Senado Federal, 2016), o que resulta em uma profunda quebra nos movimentos de setores públicos executores das políticas públicas. Além disso, o Congresso Nacional, ao sancionar a emenda constitucional, provoca uma mudança de direção também no Plano Nacional de Educação em vigência até 2020, o qual tinha como meta a universalização da educação pública por acesso gratuito e de qualidade para todas as crianças, adolescentes e jovens (Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020 (MEC - Ministério da Educação, 2010). Concomitante à essa mudança de direção no projeto nacional de universalização do ensino, o acesso ao Ensino Superior via ações afirmativas - cotas, ProUni e FIES – ficou também prejudicado, na implementação da política de cotas tanto nas universidades públicas quanto privadas.

Esse artigo está estruturado em três eixos teóricos: 1) breve apresentação de uma política educacional atual para o ensino superior, 2) caracterização dos estudantes do ProUni, e, por fim, 3) o papel da Psicologia nesse contexto. Em seguida há a descrição da metodologia realizada em uma pesquisa ampla e discussão de uma resposta do questionário respondido que permitiu a reflexão da importância do trabalho da Psicologia no Ensino Superior em relação às aspirações pequeno-burguesas dos estudantes e o preconceito vivenciado por eles no ambiente universitário.

A Política de Ampliação do Acesso

Na Educação Superior privada, o ProUni – Programa Universidade para Todos – é um dos programas do governo federal concebidos pela reformulação da Reforma Universitária de 1968, que se enquadrava na caracterização de Parceria Público Privada, a partir de isenção de impostos às universidades, centros universitários e faculdades privadas que tentam de forma precária suprir a necessidade do acesso ao Ensino

1 Oficialmente o Senado Federal tem o entendimento de que o Impeachment da presidente Dilma Rousseff não foi um golpe institucional, pois as motivações para as acusações de crime de responsabilidade fiscal por improbidade administrativa eram claras. Entretanto, mesmo as motivações sendo claras, o crime em si não era, já que não tinham provas, então, absolveram-na da sentença de 8 anos de prisão. Porém, o Impeachment foi mantido configurando, então, um golpe institucional.

Superior (Leher, 2007; Marques, 2017; Ribeiro & Guzzo, 2017). Apesar de a constituição de 1988 (Constituição do Brasil, 2015) apresentar a garantia de que a Educação é um direito social de todo o cidadão brasileiro, não é o acontece na prática, já que apenas 17% dos jovens de 18 a 25 anos estão no Ensino Superior de acordo com SEMESP (2017). E, quando esses jovens têm acesso ao Ensino Superior, o ambiente estudantil muitas vezes não é propício para o desenvolvimento humano integral, além de trazer sofrimento psíquico aos estudantes.

O ProUni, implementado no final de 2004 pelo Governo Lula, foi proposto com o objetivo de favorecer o acesso ao Ensino Superior de estudantes oriundos de escolas públicas, ou de escolas particulares, desde que comprovassem a frequência com 100% de bolsa durante todo o período escolar. As bolsas do ProUni podem ser de 50% ou 100% de isenção de mensalidade cobradas pela Instituição de Ensino Superior (IES) privada. (Almeida, 2006; Almeida, 2015; Carvalho, 2006; Costa, 2008; MEC – Ministério da Educação, 2017; Pereira Filho, 2011; Marques, 2017; Portal ProUni, 2018). Essas bolsas são concedidas pelas IES privadas em troca de isenção de impostos – que deixaram de render aos cofres públicos mais de R\$5 bilhões até 2014 (Paula, Lima, Costa, & Ferreira, 2016). Até o final de 2017 foram realizadas 3.246.428 matrículas pelo ProUni (SisProUni, 2017), e, de acordo com o Mapa do Ensino Superior da SEMESP (2016), existem hoje cerca de 2.070 IES privadas no Brasil.

Quem são os Estudantes ProUnistas?

Algumas pesquisas realizadas ao longo dos 12 anos do ProUni nos trazem um possível perfil do estudante ProUnista, já que os dados oficiais (SisProUni, 2018) não estão atualizados ou não existem em determinadas categorias, como gênero e classe socioeconômica, por exemplo. Alguns estudos nos mostraram que, em sua maioria, as bolsistas são mulheres, tem entre 18 e 24 anos, cursam graduação de administração ou humanas (licenciatura), são as primeiras universitárias de sua família já que, muitos pais não têm sequer o Ensino Médio concluído, e um pouco mais de 50% trabalharam durante a graduação (Costa, 2008; Pereira Filho, 2011; Rocha, 2011; Nogueira, 2013; Ribeiro, 2013; Karnal, 2015; Mattos & Bovério, 2016; Karnal, Monteiro, Santos, & Santos, 2017).

Em relação à auto declaração racial, a pesquisa de Mattos e Bovério (2016), apresenta que 58% dos bolsistas são negros e 42% brancos, já a pesquisa de Pereira Filho (2011) por ter sido realizada em um estado que tem a população majoritariamente branca, essa porcentagem é diferente: 85% brancos e 15% negros. O autor afirma que as ações afirmativas proporcionaram um aumento de negros no ES além de acesso às IES aos filhos de pessoas de baixa renda como trabalhadores de serviços gerais, cozinheiras, pedreiros e outros. Os dados presentes no SisProUni (2018), mesmo desatualizados, apresentam que em 2014, 45,8% eram brancos, 38,2% eram pardos, 12,6% eram pretos

(50,8% negros), 1,8% eram amarelos, 0,1% indígenas e 1,6% não responderam, realidade mais próxima apresentada por Mattos e Bovério. As outras pesquisas - Rocha (2011), Costa (2008), Nogueira (2013) e Ribeiro (2013) – não apresentaram análise referente à cor.

O Papel da Psicologia no Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior, apesar de serem um lugar para a formação de profissionais criativos, inovadores e pensantes, muitas vezes não promovem espaços para discussão sobre assuntos pertinentes à vida estudantil (Ribeiro, 2018). Pesquisas recentes (Teixeira, Gomes, & Dazzani, 2018; Ribeiro, 2018; Ribeiro & Guzzo, 2017; Marinho-Araújo & Almeida, 2017; Marinho-Araújo, 2016; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2015) nos mostram como se faz necessária a presença de uma profissional da Psicologia no Ensino Superior para, também, prevenir situações de sofrimento psíquico, entretanto, sabemos que esse profissional está inserido nas universidades públicas e não nas privadas.

Carreteiro (2003) é corroborada por Sawaia (2008), quando esta apresenta que o sentimento e a dor originários pelas injustiças sociais acabam por humilhar e desvalorizar o indivíduo, gerando um sentimento de vergonha. Carreteiro (2003) afirma que uma das dimensões do sofrimento social é o sentimento de injustiça frente ao preconceito vivenciado. Ao analisarmos as definições de preconceito (Queiroz, 1995; Madureira & Branco, 2007; Machado, 2008; Stange & Bassani, 2009) encaixando-as na leitura concreta de nossa realidade chegamos a seguinte síntese do termo e a usaremos como base para análise desse artigo:

preconceito é a desqualificação sistemática ou pontual, feita de forma coletiva ou individual, contra um grupo de pessoas ou indivíduo, historicamente, denominado como inferior – classe, etnia, gênero, fisionomia, crença, deficiências físicas e/ou mentais, entre outros –, sendo que sua manutenção é dada a partir dos estereótipos e ideologia do sistema capitalista (Ribeiro, 2018, p. 64).

Essa descrição de termos e de diferenciação de classes ainda é uma questão a ser superadas em nossa sociedade e o processo de tomada de consciência, ou conscientização, auxiliado pelo profissional da psicologia, é uma das formas para a superação e propagação do preconceito (Freire, 1980).

Com isso, um dos papéis do psicólogo em especial nas IES é a atuação visando o fortalecimento do estudante, podendo se dar a partir do exercício político e crítico de sua participação na sociedade, pois serão formados para o processo coletivo de ação e, assim, contribuir para a mudança da realidade (Carvalho & Marinho-Araújo, 2009; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2011; Bisinoto, Marinho-Araújo, & Almeida, 2011). As

propostas de Prilleltensky e Nelson (2002) podem complementar a ação da Psicologia no Ensino Superior: 1) parcerias com movimentos sociais estudantis; 2) entendendo como funciona o sistema educacional para divulgação da política social - tomada de consciência das políticas institucionais; 3) ter como um dos objetivos o combate ao capitalismo e as consequências desse sistema como uma forma de resistência.

Outra possibilidade de ação é o acompanhamento individual (Guzzo, 2014), ou o que poderia ser a escuta psicológica para Marinho-Araújo (2016), já que o acompanhamento individual é estar cotidianamente com o estudante que apresentou questões que não podem ser enfrentadas sem um acompanhamento preciso. Essa ação seria mais facilmente implementada se houvesse alguma profissional de psicologia no quadro da IES privada. Nessa modalidade de ação todas as informações pertinentes ao estudante acompanhado estarão presentes, como - histórico do estudante; - descrição de reuniões realizadas tanto com o estudante, quanto com colegas, família e profissionais da universidade que tenham uma relação mais direta com ele; - quantos encontros foram realizados e qual seu conteúdo; além de uma síntese dos elementos, construindo, assim, uma avaliação psicossocial e uma proposta de ação decorrente para o próximo semestre na universidade.

De acordo com Martín-Baró (1996), devemos auxiliar as pessoas a superarem a alienação sobre sua identidade no âmbito pessoal e social na medida em que ele transforma as condições opressivas em seu contexto. O autor (1981), corroborado por Oliveira, Tizzei, Guzzo e Silva Neto (2018) entende que a alienação sobre sua identidade pode gerar aspirações pequeno-burguesas, que por fim podem acarretar em sofrimento psíquico ao indivíduo. Ao falarmos de aspirações estamos falando de algo que se deseja, mas que não será alcançado necessariamente, pois, é, essencialmente, ter vontade – aspiração – de se tornar rico, viver como burguês. Ou seja, ter aspirações pequeno-burguesas é desejar ter uma vida que dificilmente conseguirá, pois estamos num sistema capitalista que utiliza este mecanismo para manter a alienação de si e do mundo.

Martín-Baró (1996) acredita que quatro processos são essenciais para a formação social do indivíduo: *processo histórico* com uma leitura histórica da realidade, *processo de identidade social* e o *processo coletivo e grupal*, ou seja, sua ação produz uma identidade social, mas não só pessoal; e o *processo conflitivo*, pois, necessariamente a ação tem consequências de ruptura social, sendo que todos esses quatro processos, também, são trabalhados no acompanhamento individual proposto por Guzzo (2014).

Outra possibilidade de atuação da psicologia frente ao preconceito é a partir da desideologização que tem o intuito de desmascarar a ideologia dominante que acaba por naturalizar a história (Martín-Baró, 1985, 1996; Freire, 1980; Guzzo, 2007a, 2007b, 2010; Lacerda Jr & Guzzo, 2011), e elaborar um conhecimento sobre as reais necessidades da população. Por fim, partindo do pressuposto de que a leitura da realidade é a partir da totalidade, a mudança social não se finda e acaba na psicologia, mas ela tem um

papel importante para isso. O psicólogo tem que ter um impacto na subjetividade do sujeito, mas não tem que dizer às pessoas o que elas devem ou não fazer, e sim indagá-las, fazê-las pensar e questionar o mundo, suas necessidades, a fim de fortalecê-las para realizarem a mudança social (Markard, 2007; Marvakis, 2011; Parker, 2007, 2009). Baseada na fundamentação teórica acima apresentada, o objetivo desse artigo é apresentar a importância do trabalho da Psicologia acompanhando estudantes cotistas frente às suas aspirações e contradições cotidianas no Ensino Superior.

Método

Esta pesquisa se trata de um recorte de uma pesquisa ampla, em que partimos do pressuposto de que a pesquisa qualitativa juntamente com a quantitativa nos dá a possibilidade de uma análise mais completa da realidade (Guareschi, 1998; Parker, 2005). Entretanto, apresentaremos aqui somente o procedimento metodológico para este artigo: análise qualitativa a partir de um estudo de caso.

O instrumento utilizado foi criado pelas autoras, baseado no questionário estruturado desenvolvido por Guzzo (2014; 2010), e tinha como um dos objetivos saber como era a vivência cotidiana universitária dos bolsistas do ProUni a partir de um questionário virtual estruturado em quatro dimensões, com respostas abertas e/ou fechadas sobre os temas a seguir: I - *Caracterização do participante* e II - *Dimensão socioeconômica*: faixa etária, sexo/gênero, local de nascimento e de domicílio, se possui vínculo profissional, com quem e como mora, etc; III - *Visão do ProUni*: O que acha do Programa Universidade Para Todos, pontos positivos e negativos do programa, como é a sua vivência na universidade, já foi discriminado em sala de aula por algum colega ou professor, qual o motivo, como se sente sendo ProUnista, dentre outras; IV - *A vida cotidiana*: como é sua condição de vida, o que gostaria de mudar em sua vida, etc.

Após criado, validado e aprovado pelo Comitê de Ética (nº 1754084), o questionário foi disponibilizado online em grupos sobre o tema de estudo em uma rede social e, antes de começar a responde-lo, os participantes deveriam aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Participaram da pesquisa ampla 55 pessoas de todo o território brasileiro e uma (1) do exterior, totalizando 56 pessoas – sendo bolsistas ou ex-bolsistas do ProUni, com mais de 18 anos.

Para esse artigo, foram escolhidas respostas de um único participante, que será nomeado de Ariel - um nome fictício e unissex para assegurar sigilo, sendo que, na pesquisa, a pessoa não se identificou com seu verdadeiro nome. Ariel, escolhido para esse estudo, é uma pessoa negra² (se autodenominou parda para essa pesquisa), bolsista

2 Na pesquisa não foi utilizada a denominação do IBGE (pretos, pardos, brancos, amarelos e vermelhos), mas sim negros (como uma junção de pretos e pardos), orientais no lugar de amarelos, e indígenas ao invés de vermelhos.

do ProUni, de 25 a 30 anos, da região sudeste, solteiro, com casa própria com mais de 6 cômodos, dividindo-a com apenas mais dois parentes.

De acordo com Ventura (2007), o estudo de caso pode ser utilizado para reconstrução da história de vida de um sujeito singular, como é o caso desse artigo. Após sucessiva leitura das respostas de Ariel percebeu-se a possibilidade de descrever e recriar parte significativa de sua história de vida, pois, foi a única pessoa que apresentou claramente detalhes em suas respostas que nos permitiram analisar as contradições em relação a sua experiência concreta da vida cotidiana na universidade e seu entendimento de si e do mundo.

Resultados e Discussão

A análise foi realizada baseada na metodologia construtivo-interpretativa (Rossato & Martínez, 2017) que possibilita a análise das informações à medida em que vão sendo (re)lidas, ao mesmo tempo em que são retiradas categorias de análise, ou núcleos de significação. Neste artigo tivemos duas categorias de análise: 1) contradições cotidianas e 2) aspirações pequeno-burguesas, que se complementam em diversos momentos.

A Aspiração Pequeno-Burguesa e as Contradições Cotidianas: Uma História para a Psicologia

Ariel é negro, de 25 a 30 anos, que mora com mãe e irmã na região sudeste, faz faculdade na área de ciências sociais aplicadas, não trabalha, tem bolsa permanência e bolsa 100% do ProUni, além de ter estudado em escola particular com bolsa integral até o Ensino Médio.

Principiando com informações sobre seu passado Ariel afirma que não é da periferia da cidade e cresceu em um meio onde as pessoas tem uma boa condição financeira, mas *“infelizmente, minha mãe ficou doente e não pode avançar em sua carreira profissional e acredito que este é um dos fatores pelos quais estamos nessa condição hoje.”* (A., 2016, questão 41). Ele ainda complementa sobre sua situação financeira atualmente *“(. . .) muitas vezes temos [ele e sua família] que priorizar DEMAIS o que fazer [em relação às finanças]. Não viajamos em família, pois é um investimento muito alto, não gastamos com roupas, sapatos, etc. Mas, já moramos no exterior, eventualmente gastamos com roupas e restaurantes bons! Tivemos acesso a outros idiomas e falamos fluentemente, estudamos em escolas particulares e essas experiências fazem muita diferença atualmente!”* (A., 2016, questão 43).

No parágrafo acima várias informações aparecem como relevantes para analisar o caso de Ariel. Entendemos que o discurso apresentado por este estudante se enquadra

na categoria *contradições cotidianas* por revelar um sentimento ambivalente em relação ao seu lugar na sociedade, isso se dá por Ariel não se ver como parte do grupo social que é baixa renda e pobre, apesar de apresentar em suas respostas características de pessoas de classe média baixa, e não classe alta.

Além do apresentado acima, apesar de Ariel ter não ter cursado o ensino público na educação básica, pré-requisito para conseguir uma bolsa do ProUni, algumas de suas respostas apresentam questões ainda não superadas e resolvidas em relação à diferença de classes manifestas pela vivência universitária proporcionada pelo programa. Essa resposta de Ariel apresenta um entendimento de que o ProUni só deveria ser disponibilizado para pessoas que não tem condições financeiras para pagar uma faculdade, e, mesmo se enquadrando nessa situação hoje em dia, ele apresenta o entendimento que está em outro patamar, por já ter morado fora do país, falar fluentemente outros idiomas, não se assumindo como alguém de classe baixa ou classe média baixa. Entretanto, apresenta-se contraditoriamente como alguém que não precisaria estar usufruindo de uma política como o ProUni.

O estudante conta que o que menos gosta no ProUni é o fato de que há diferenciação dos alunos pelo registo estudantil “*por exemplo, pelo meu RA (RE/registo do aluno/etc.) é possível identificar de qual programa eu participo, se sou FIES, ProUni ou pago pela faculdade. O preconceito começa por aí*” (A., 2016, questão 29). Essa posição de não querer ser discriminado pelo registo de bolsista denota uma contradição em relação à sua condição social e pode ser entendida como um preconceito em relação à condição de pobreza de estudantes favorecidos pelo programa.

Mesmo acreditando que o vestibular é um bom critério para ingressar no Ensino Superior, além do ProUni, por exemplo, o estudante afirma que sente preconceito e vergonha por ser ProUnista, já que não divulga essa informação para ninguém. “*Até alguns amigos próximos não sabem! [que é ProUnista]*” (A., 2016, questão 36) e afirma que tenta mudar e lutar contra o próprio preconceito que tem consigo mesmo por ser ProUnista. A afirmação dada por Ariel, acima, apresenta uma outra contradição em sua vida cotidiana quando comparada aos seus posicionamentos apresentados anteriormente, como que o ProUni é bom, pois consegue “*igualar uma sociedade que desde o princípio se construiu nas bases da desigualdade!*”, por exemplo. Além disso, quando apresenta que sente preconceito com ele mesmo por ser ProUnista, demonstra que não aceita o fato de ser identificado como pobre. Analisamos que isso se dá pelo fato dele não se ver como alguém pertencente à classe média baixa, ou classe baixa, por já ter tido um poder aquisitivo maior em seu passado. Para entendermos as contradições na vivência de Ariel podemos utilizar Martín-Baró (1981) para caracterizar as respostas do estudante como uma aspiração pequeno-burguesa, visto que, segundo o autor, esse é um fenômeno recorrente na classe baixa e média.

Um estudo realizado no Brasil em 2012, adaptou o roteiro realizado por Martín-Baró em 1981, e teve como um dos objetivos “avaliar como os fatores socioeconômicos

caracterizam uma concepção de determinada classe social, ou seja, naturalizam e psicologizam as diferenças sociais” (Oliveira, Tizzei, Guzzo, & Silva Neto, 2018, p. 57). Na pesquisa, os autores apresentam que por causa da burguesia ter uma hegemonia não questionável na sociedade atual, os setores pequeno-burgueses (aqui representados por Ariel) acabam por estabelecer suas aspirações de vida visando as aspirações da burguesia, já que são seu referencial social. De acordo com os autores, isso acontece por vários fatores, sendo eles demográficos, pessoais, sociais e ideológicos. Mesmo sendo bolsista do ProUni, e se enquadrar em uma pessoa de baixa renda por critérios de renda, o fato dele e sua família terem sido, no passado, de classe média alta, há ainda a vontade de voltar a ter tudo que já tiveram. No caso de Ariel, fatores ideológicos, assim como observado na pesquisa acima citada, percebeu-se que “esta ideologia da pequena burguesia tem ajudado, sem dúvida, a manter um sistema social pautado na exploração, injustiça, desigualdade e opressão, e impedido qualquer tipo de transformação social” (Oliveira, Tizzei, Guzzo, & Silva Neto, 2018, p. 65), gerando sofrimento psíquico (Carreteiro, 2003; Sawaia, 2008).

Importante ressaltar que, como apresentado na fundamentação teórica, de acordo com Martín-Baró (1981) e os autores Oliveira, Tizzei, Guzzo e Silva Neto (2018) ao nos referirmos às aspirações estamos nos referindo sobre algo que se deseja, mas que não será alcançado, pois é uma vontade ou aspiração de se tornar rico e viver como burguês. As contradições cotidianas expostas pelas aspirações pequeno-burguesas, nesse caso, se mostraram a partir da ideia de que, se Ariel tivesse dinheiro para pagar a faculdade, o faria, enquanto, na realidade, não precisaria, visto que a educação gratuita é um direito de todos. Com isso, caracteriza a falta de consciência política ou a consciência para si em Marx (1867/2017) é quando as pessoas percebem que não há como mudar a realidade somente mudando a si mesmos, é necessário reconhecer no próximo alguém que possa contar para modificar de forma coletiva o sistema econômico e social.

O choque que vivenciam alguns estudantes dentro de IES particulares, por pertencerem à classe social distinta da maioria, não foi trabalhado quando o programa foi implementado. Diante disso, muitos estudantes de baixa-renda tiveram que lidar sozinhos com situações adversas, de preconceito dentro da universidade, lugar que era para ser um espaço de aprendizado e convivência que os fortalecessem (Schraube & Marvakis, 2016), o que acabou sendo um lugar gerador de sofrimento psíquico intensificado pelo preconceito vivenciado no espaço acadêmico. Essa situação é reflexo da contradição existente no país em que a maioria de estudantes que cursam o ciclo básico em instituições públicas passam a estudar em IES privadas.

O fato de não existir a função de psicólogo no ES nas IES privadas dificulta ainda mais a vivência estudantil. Entretanto, é necessário propormos ações frente à essas situações de sofrimento, por isso a atuação do psicólogo no ES deve visar o fortalecimento do estudante. A partir do exercício político e crítico de sua participação

na sociedade, já que o intuito é contribuir para a mudança da realidade da sociedade – auxiliando na construção a consciência política e ter como um dos objetivos o combate ao capitalismo e as consequências desse sistema como uma forma de resistência (Prilleltensky & Nelson, 2002; Carvalho & Marinho-Araújo, 2009; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2011; Bisinoto, Marinho-Araújo & Almeida, 2011).

Outras possíveis ações que visem a prevenção do sofrimento psíquico dos cotistas podem ser realizadas em quatro etapas como apresentado por Ribeiro (2018): a) *Fazer um mapeamento sobre os estudantes ProUnistas* – ou mesmo ter acesso ao levantamento do número de ProUnistas na IES; b) *Acompanhamento coletivo e individual dos estudantes dentro da IES*, c) *Orientação e trabalho coletivo com os docentes e funcionários* – a fim de lidar com o novo perfil de estudantes da IES. d) *Orientar os estudantes a procurarem Atendimento Jurídico* – entender as leis que regem o ProUni e seus direitos não era além de orientar pela procura da Defensoria Pública. Ariel apresentou em suas respostas uma inquietação que, se aprofundada em outros contextos, poderia ser apresentada como uma das dimensões do sofrimento social, de acordo com a teoria apresentada.

Ariel afirma que sua vivência universitária é boa já que gosta de socializar com outras pessoas, tem muito interesse por história, filmes, gostando de muitas coisas. Quando lhe questionado sobre o preconceito Ariel é categórico: *“Há preconceito com alunos bolsistas, porém da minoria! Estudo em uma faculdade elitizada, aonde a mensalidade dos cursos é superior a R\$ 2500,00. É difícil “se misturar” com essas pessoas devido ao ritmo e estilo de vida que levam.”* (A., 2016, questão 33). Essa parte do relato nos mostra que, apesar de Ariel não se ver como uma pessoa de baixa renda, ainda assim não consegue se adequar, por sua questão financeira, aos padrões de vida de classe média à classe alta. Além disso, ele acaba se contradizendo, novamente, já que ao não “se misturar” com outros estudantes, fica claro que os bolsistas não são tratados igualmente aos pagantes, demonstrando preconceito de classe por parte de seus colegas.

Ariel deseja ter um futuro melhor e, por estar cursando uma faculdade, acredita que as oportunidades serão maiores e mais consistentes com um diploma. Explicita esse raciocínio quando afirma que *“as oportunidades não estão disponíveis para todos, infelizmente”* (A. 2016). Finaliza afirmando que a falta de conhecimento dos direitos civis e a falta de estudos e, falta de conhecimentos políticos é que impede de as pessoas se organizarem e lutarem por seus direitos.

Nesse contexto cotidiano que devemos discutirmos que o papel da psicologia é de extrema importância para garantirmos a mudança sistemática e erradicação das situações de opressão (Martín-Baró, 1996; Guzzo, 2007a, 2010, 2014). Para isso, entendemos que a Psicologia Crítica é a que melhor consegue enxergar esses contextos opressivos, analisa-os e propor mudanças, já que ela busca contribuir para a construção de um projeto emancipatório, enquanto, também, tenta elaborar

novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito (Parker, 2009). O objetivo principal da psicologia crítica é o questionamento sistemático da psicologia dominante, bem como a elaboração e aplicação de formas alternativas de teoria e prática psicológica, então, seu surgimento se deu, principalmente, para se posicionar criticamente em relação às práticas hegemônicas, como ao positivismo e humanismo (Markard, 2007), ou seja, não culpabilizamos o sujeito pelo preconceito sofrido e por senti-lo, e sim o auxiliamos a se fortalecer para resistir a essa situação.

Quando formos definir nosso papel e identidade como psicólogos, devemos levar em consideração a situação histórica de nossa sociedade e suas necessidades. Como colocado na introdução teórica, Martín-Baró (1996) apresenta que a partir dos quatro processos (histórico, de identidade social, coletivo e grupal, e conflitivo) é que conseguiremos a tão esperada ruptura social e, também, para isso devemos auxiliar as pessoas a superarem a alienação em sua identidade no âmbito pessoal e social na medida em que ele transforma as condições opressivas em seu contexto. O autor defende que a injustiça estrutural é atingida por métodos violentos a partir da repressão e controle social, na qual se dá a manutenção da desigual forma de distribuição de bens, ocasionando em situações em que boa parte da população não tem acesso à saúde, educação, moradia e alimentação de forma completa. Logo, o problema, então, está no que fazer com a teoria-prática na função do psicólogo. Tendo em vista o papel do psicólogo, que deve ter como foco de trabalho a desalienação da consciência individual, que leva a pessoa a se ver e se comportar de forma alienada, ou seja, a ponto de suprimir ou mudar os mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social que a levam a se comportar como explorador opressivo ou marginalizado oprimido (Martín-Baró, 1996).

Considerações Finais

Esse artigo teve como objetivo apresentar a importância do trabalho da Psicologia acompanhando estudantes cotistas frente às suas aspirações e contradições cotidianas no Ensino Superior. Após analisar o caso, algumas questões suscitaram as autoras sobre o papel da psicóloga no Ensino Superior e futuras pesquisas para identificação de tipos de sofrimento psíquico em estudantes universitários – cotistas ou não – se fazem necessárias. Entende-se que uma limitação do estudo se deu pelo fato do contato com o estudante ter sido realizado via questionário virtual, e uma entrevista poderia resultar num melhor entendimento da história de vida do participante, porém, ao final do questionário foi deixado um espaço para contato se houvesse interesse para continuar na pesquisa ampla e ele não se disponibilizou para tal possibilidade.

Em apenas um relato pudemos identificar várias situações em que a atuação da Psicologia com o viés crítico poderia contribuir para a melhoria da (con)vivência

universitária. O estudante apresentou o sentimento e a dor originários pelas injustiças sociais – especialmente o direito usurpado dos estudantes de frequentarem o ensino superior gratuitamente – acabam por desvalorizar e humilhar o indivíduo por ser ProUnista. Esses sentimentos e sofrimentos podem ser causados e intensificados pelo preconceito, nesse caso, de classe. Além disso, entendemos que as formas de preconceitos, como os preconceitos de raça/etnia e gênero se entrelaçam, concomitantemente ao preconceito de classe, intensificam o sofrimento psíquico das e dos estudantes. Isso porque é indissociável a discussão sobre o preconceito de raça, gênero e classe em nossa sociedade. Portanto, conclui-se que a presença de uma profissional da Psicologia, com viés crítico, no Ensino Superior é importante para o acompanhamento do estudante bolsista, assim conseguir assegurar sua permanência como necessária para o auxílio e formação de profissionais - funcionários e docentes – na universidade fortalecendo o combate ao preconceito e auxiliando no trato com o sofrimento que a vivência universitária pode desencadear nos estudantes.

Referências

- Almeida, S. C. de. (2006). *O avanço da Privatização na Educação Brasileira: O ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Niterói – RJ.
- Almeida, W. M. de. (2015). Os Herdeiros e os Bolsistas do ProUni na Cidade de São Paulo. *Educação e Sociedade*, Campinas, 36(130), 85-100. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n130/0101-7330-es-36-130-00085.pdf>
- Bisinoto, C. & Marinho-Araújo, C. M. (2015). Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia (Online)*, 67, 33-46. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200004
- Constituição do Brasil (2015). Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2017). Microdados RAIS e CAGED. Recuperado de <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>
- Carreiro, T. C. (2003). Sofrimentos Sociais em Debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/v14n3a06.pdf>
- Carvalho, C. H. A. de. (2006). O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*, 27(96). Campinas. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300016
- Costa, F. de S. (2008). *Políticas Públicas de Educação Superior – Programa Universidade para Todos: Um olhar dos alunos beneficiários na PUC-SP*. Dissertação de Mestrado em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Guareschi, P. A. (1998). Quantitativo versus Qualitativo: uma falsa dicotomia. *Revista Psico - PUC/RS*, 29(1), 165; 174.
- Guzzo, R. S. L. (2007a). Psicologia e Educação: Que compromisso? Que relação? In: Bastos, A. V. B.; Rocha, N. M. D. (orgs). *Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos do saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 357-378.
- Guzzo, R. S. L. (2007b). Reforma Universitária, Universidade Nova e o Futuro da Psicologia. Texto apresentado no XIVº Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <http://www.abepsi.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/07/Artigo-Raquel-Guzzo.pdf>

- Guzzo, R. S. L. (2010). Educação para a Liberdade, Psicologia da Libertação e a Psicologia Escolar: uma práxis para a Liberdade. In: Almeida, S. F. C. de.(org). Psicologia Escolar: Ética e competência na formação e atuação profissional. Campinas, SP: Editora Alínea. 169-178.
- Guzzo, R. S. L. (2014). Consciência e ação diante da violência: desafios para a escola pública e para psicologia. Projeto para Edital do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Karnal, C. L. (2015). *Os Fatores de Proteção e Risco para Cursar uma Graduação em Alunos ProUnistas*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em Psicologia Clínica. São Leopoldo.
- Karnal, C. L., Monteiro, J. K., Santos, A. S., & Santos, G. O. dos. (2017). Fatores de proteção em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos. *Psicologia Escolar e Educacional, SP, 21(3)*, 437-446. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2017/021311169>
- Lacerda Jr, F., & Guzzo, R. S. L. (2011). Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítico da Obra de Martín-Baró. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr., F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea. 15-37.
- Leher, R. (2007). Universidade no Brasil e na América Latina: tensões e contradições entre o público e o privado. *Revista Brasileira de Educação, 12(34)*.
- Madureira, A. F. do A., & Branco, A. M. C. U. de A. (2007). Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23(1)*, 81-90. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>
- Machado, C. de P. (2008). A designação da palavra preconceito em dicionários atuais. *Sínteses (Unicamp), 13*. Recuperado de <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/831/590>
- Markard, M. (2007). *A crítica como atitude – O psicólogo marxista Klaus Holzkamp*. Traduzido por Raquel Souza Lobo Guzzo.
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia (Campinas), 2*, 199-211. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2016000200199&script=sci_abstract&tlng=pt
- Marinho-Araújo, C. M.; & Almeida, L. S. (2017). Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação. *Psicologia: Teoria E Pesquisa (Brasília. Online), 32*, 1-10. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722016000500211&script=sci_abstract&tlng=pt
- Martín-Baró, I. (1981). *Aspiraciones del pequeñoburgués salvadoreño*. 773-788.
- Martín-Baró, I. (1985). *La Encuesta de Opinión Publica como instrumento desideologizador*. Cuadernos de Psicología. Universidad del Valle: Cali.

- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>
- Martín-Baró, I. (1998). Hacia una psicología de la liberación. In A. Blanco (Org.) *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.
- Marques, E. P. de S. (2017). Programa Universidade Para Todos – ProUni: Democratização Da Educação Superior?. *IV Seminário interinstitucional do projeto - Ensino noturno: acesso a democratização da educação superior*. Faculdade de Educação Unicamp. Recuperado de <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>
- Marvakis, A. (2011). La psicología (crítica) permanentemente em la encrucijada: sirvientes del poder y herramientas para la emancipación. *Teoría y crítica de la psicología*, 1, 122-130.
- Marx, K. (1867/2017). *O capital*. Domínio Livre.
- Mattos, M. J. V. M. de, & Bovério, M. A. (2016). Avaliação do Programa Universidade para Todos (ProUni), segundo a percepção dos beneficiários concluintes. In Mattos, M. J. V. M. de; & Martins, M. I. (Org.). *ProUni: Contribuições para a discussão das políticas públicas em Educação Superior no Brasil*. Curitiba: Editora CRV.
- MEC – Ministério da Educação. (2010). *O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias*. Recuperado de <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/7a51f019-6e80-4c6d-aa25-501f0bad286d>
- MEC – Ministério da Educação. (2017). *Perguntas frequentes – Ensino Superior: entenda as cotas para quem estudou*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>
- Nogueira, M. O. G. (2013). *Educação, Desigualdade e políticas públicas: A subjetividade no processo de escolarização da camada pobre*. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. São Paulo.
- Oliveira, L. B., Tizzei, R. P., Guzzo, R. S. L., & Silva Neto, W. M. F. (2018). As Aspirações Da Pequena Burguesia: Um Estudo Exploratório Sobre As Contradições Psicossociais E Possibilidades De Mudança. *Perspectivas em Psicologia*, 22, 54-66.
- Parker, I. (2005). *Qualitative Psychology: Introducing Radical Research*. Open University Press: London.
- Parker, I. (2009). Psicologia crítica: ¿Qué es y qué no es?. *Revista Venezolana de Psicología Clínica Comunitaria*, 8, 139-159.
- Parker, I. (2014). *Revolução na Psicologia: Alienação à Emancipação*. Campinas: Alínea.
- Paula, A. S. do N. de, Lima, K. R. R., Costa, F. J. F., & Ferreira, E. L. (2016). A Educação Superior no limiar do governo Lula da Silva (2003- 2010): políticas públicas educacionais nos marcos da reforma universitária. *Revista Em Debate (UFSC)*, Florianópolis, 15, 69-82, doi: <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p69>
- Pereira Filho, E. da S. (2011). *Perfil dos jovens universitários bolsistas do ProUni: em estudo de caso na UNISINOS*. Tese de doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS.

- Portal ProUni – ProUni. (2018). BRASIL/MEC – Ministério da Educação – Programa Universidade para todos. Lei 11.096. Recuperado de http://ProUniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140
- Prilleltensky, I., & Nelson, G. (2002). *Doing Psychology Critically: making a difference in diverse settings*. New York, NY: Palgrave MacMillan.
- Queiroz, R. da S. (1995). *Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito*. São Paulo: Moderna.
- Ribeiro, F. de M. (2018). *Preconceito e ProUnistas: “Seu lugar não é aqui”*. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.
- Ribeiro, F. de M. (2013). *Consciência de estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia. Campinas.
- Ribeiro, F. de M., & Guzzo, R. S. L. (2017). Consciência de Estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 418-431. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001472016>
- Rocha, M. A. M. da (2011). *Processo de inclusão ilusória: o jovem bolsista universitário*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Rossato, M., & Martínez, A. M. (2017). *A metodologia construtiva-interpretativa como expressão da Epistemologia Qualitativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade*. *Investigação Qualitativa em Educação*, 1
- Sawaia, B. (org). (2008). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8ª edição. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Schraube, E., & Marvakis, A. (2016). Frozen fluidity: Digital technologies and the transformation of students’ learning and conduct of everyday life. In E. Schraube & C. Højholt (Eds.), *Psychology and the conduct of everyday life* (pp. 205-225). London: Routledge.
- SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2016). Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016. Recuperado de http://convergiacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf
- SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2017, Novembro 7). Em debate, o futuro do Ensino Superior. *Ensino Superior*. Recuperado de <http://www.revistaensinosuperior.com.br/19-fnesp/>
- Senado Federal. (2016). Emenda Constitucional nº 95 - Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Retirado em 16 de dezembro de 2016 de <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=540698>
- Stange, M. S., & Bassani, S. D. (2009). *Preconceito Racial*. Trabalho da disciplina Computação de Sociedade da Universidade Federal do Espírito Santo.

SisProUni – Sistema Informatizado do ProUni (2018). Dados e Estatísticas. Recuperado de:
<http://ProUniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>

Teixeira, A. M., Gomes, D. R., & Dazzani, M. V. M. (2018). Estudantes Negros na Universidade: O que a Psicologia Escolar/Educacional tem a ver com isso?. In V. L. T. Souza, F. de S. B. Aquino, R. S. L. Guzzo, C. M. Marinho-Araújo. (org). Psicologia Escolar Crítica: Atuação emancipatória nas escolas públicas, 165-184. Campinas: Alíena.

Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 20(5). 383-386. Recuperado de: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf